

RAIZEN ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 08.070.508/0001-78
NIRE nº 35300339169

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2017**

1. Data, hora e local: Aos 31 dias do mês de julho de 2017, às 10:00 horas, na sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 11º andar, Parte V, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”).

2. Composição da Mesa: Presidente – **RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO**; Secretário – **GUILHERME JOSÉ DE VASCONCELOS CERQUEIRA**.

3. Convocação: Dispensada, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.

4. Publicações: Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2017 foram previamente remetidos às acionistas e publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, folhas 4 a 16, e no Diário Comercial, folhas 11 a 15, ambos na edição de 29 de Junho de 2017.

5. Presença: Acionistas representando 100% do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, e ainda, nos termos do artigo 134, § 1º, da Lei 6.404/76, presentes o Diretor Jurídico da Companhia, Antonio Ferreira Martins, e o representante da empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), o Sr. Ulysses M. Duarte Magalhães, contador, CRC RJ-092095/O-8.

6. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária, conforme recomendado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de julho de 2017, às 14h00: **(a)** Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2017 (Anexo I); **(b)** Examinar, discutir e votar a proposta da Diretoria quanto à destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de março de 2017; **(c)** Aprovar a remuneração global anual da administração da Companhia; e, em Assembleia Geral Extraordinária, **(d)** aprovar o resgate total das ações preferenciais Classe C; e **(e)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

7. Deliberações: **7.1.** Posto em votação o item “a” constante da ordem do dia, as acionistas aprovaram, em consonância com a recomendação do Conselho de Administração, por unanimidade e sem reservas, com base nas informações do Relatório dos Auditores Independentes elaborado pela KPMG, datado de 14 de junho de 2017, o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2017;

7.2. Posto em votação o item “b” constante da ordem do dia, as acionistas aprovaram parcialmente e com alterações, em consonância com a recomendação do Conselho de Administração, a proposta da Diretoria quanto à destinação do lucro líquido apurado no exercício, no valor total de R\$ 1.404.579.554,61 (um bilhão, quatrocentos e quatro milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e um centavos), conforme segue:

7.2.1. Destinar o montante de R\$ 61.588.471,37 (sessenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais, trinta e sete centavos) para constituição da reserva legal;

7.2.2. Declarar dividendos preferenciais no montante total de R\$ 27.686.929,78 (vinte e sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte nove reais, setenta e oito centavos), sendo: **(i)** R\$0,01 (um centavo) para a acionista titular da ação preferencial nominativa classe A, Cosan S/A Indústria e Comercio; **(ii)** R\$ 26.360.099,77 (vinte e seis milhões, trezentos e sessenta mil, noventa e nove reais e setenta e sete centavos), para a acionista titular das ações preferenciais nominativas classe B, Cosan S/A Indústria e Comercio; **(iii)** R\$ 1.326.830,00 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta reais) para a acionista titular das ações preferenciais nominativas classe D, Shell Brazil Holding BV.

7.2.2.1. O pagamento dos dividendos ora declarados e indicados nos itens 7.2.2, (i), (ii) e (iii) acima será efetuado até o dia 31 de agosto de 2017, não estando sujeitos à atualização monetária entre a data da declaração e do efetivo pagamento.

7.2.3. Deixar de declarar dividendos obrigatórios do exercício, tendo em vista que já foram pagos, a título de juros sob capital próprio, R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) referentes aos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, que superam o percentual de 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado, que seria devido a título de dividendos obrigatórios, nos termos do Artigo 28, (vi) e Artigo 30, Parágrafo Segundo do Estatuto Social da Companhia.

7.2.4. Destinar o montante de lucro excedente do exercício, no valor de R\$

1.115.304.153,46 (um bilhão, cento e quinze milhões, trezentos e quatro mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), às reservas de Incentivos Fiscais e de Lucros da Companhia, na seguinte proporção: **(i)** R\$ 65.315.829,05 (sessenta e cinco milhões, trezentos e quinze mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinco centavos) serão destinados para a Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia, e **(ii)** R\$ 1.049.988.324,41 (um bilhão, quarenta e nove milhões, novecentos e oitenta e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos) serão destinados para a Reserva de Lucros da Companhia; e

7.2.5. As acionistas decidem, ainda, ratificar todas as declarações e todos os pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio efetuados ao longo do exercício social findo em 31 de março de 2017, da seguinte forma: **(i)** pagamento de R\$ 223.000.000,00 (duzentos e vinte e três milhões de reais) a título de dividendos referentes ao lucro acumulado que foi apurado até o término do exercício social findo em 31 de março de 2016 às acionistas Shell Brazil Holding BV e Cosan Investimentos e Participações S.A., nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de novembro de 2016 e registrada perante a JUCESP em 29 de novembro de 2016, sob o nº 503.130/16-3; **(ii)** pagamento de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) a título de juros sobre capital próprio apurados entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 que já haviam sido declarados às acionistas Shell Brazil Holding BV e Cosan Investimentos e Participações S.A., nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Dezembro de 2016 e registrada perante a JUCESP em 08 de Fevereiro de 2017, sob o nº 73.652/17-9; **(iii)** declaração e pagamento do valor total de R\$ 351.000.000,00 (trezentos e cinquenta e um milhões) a título de dividendos intercalares referentes a parte dos lucros acumulados pela Companhia até o dia 31 de março de 2016 às acionistas Shell Brazil Holding BV e Cosan Investimentos e Participações S.A., nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de Dezembro de 2016, registrada perante a JUCESP em 02 de Janeiro de 2017 sob o nº 260/17-4; e **(iii)** declaração e pagamento do valor total de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), a título de dividendos intercalares referentes ao lucro acumulado e apurado até 31 de março de 2016 às acionistas Shell Brazil Holding BV e Cosan Investimentos e Participações S.A., nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2017, registrada perante a JUCESP em 05 de abril de 2017, sob o nº 157.562/17-7.

7.3. Posto em votação o item “c” constante da ordem do dia, as acionistas aprovaram a remuneração global anual da administração da Companhia em R\$ 39.253.305,38 (trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, trezentos e cinco reais, trinta e oito centavos), não incluídos os encargos sociais e previdenciários. Caso haja eventual variação no valor supramencionado, será objeto de posterior ratificação. A distribuição da referida remuneração deverá ser realizada conforme critério a ser posteriormente definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

7.4. Posto em votação o item “d” constante da ordem do dia, as acionistas aprovaram, em consonância com a recomendação do Conselho de Administração, o resgate integral de todas as 663.476 (seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentas e setenta e seis) ações preferenciais Classe C, todas de propriedade da Shell Brazil Holding BV.

7.4.1. O resgate ora deliberado será realizado sem redução do capital social da Companhia, utilizando-se o saldo da reserva de capital, e representará um valor de R\$ 3.530.741,59 (três milhões, quinhentos e trinta mil, setecentos e quarenta e um real e cinquenta e nove centavos). Tendo em vista que as acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia compareceram a esta Assembleia e aprovaram o resgate nos termos acima, fica dispensada a assembleia especial prevista no Art. 44, §6º, da Lei nº 6.404/76. Também por serem titulares da totalidade das ações da Companhia, deliberaram por unanimidade dispensar o sorteio previsto no Art. 44, §4.º da Lei nº 6.404/76, decidindo que as ações serão resgatadas na proporção da participação detida por elas na Companhia. O pagamento do resgate será realizado pela Companhia à acionista Shell Brazil Holding BV até 31 de agosto de 2017.

7.4.2. Em razão das deliberações acima, os artigos 5º e 28, (iv) do Estatuto Social da Companhia passam a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - *O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$6.516.353.969,58 (seis bilhões, quinhentos e dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e nove Reais e cinquenta e oito centavos), dividido em 7.376.625.656 (sete bilhões, trezentos e setenta e seis milhões, seiscentas e vinte e cinco mil, seiscentas e cinquenta e seis) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 7.243.283.198 (sete bilhões, duzentos e quarenta e três milhões, duzentas e oitenta e três mil, cento e noventa e oito) ações ordinárias, 1 (uma) ação preferencial Classe A, 133.242.457 (cento e trinta e três milhões, duzentos e quarenta e duas mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações preferenciais Classe B e 100.000 (cem mil) ações preferenciais Classe D.*

Parágrafo Primeiro - *As ações são indivisíveis em relação à Companhia.*

Parágrafo Segundo - *Cada ação ordinária e cada ação preferencial Classe A dará direito a um voto nas assembleias gerais da Companhia.*

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais Classe B e as ações preferenciais Classe D não têm direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto - As ações preferenciais, independentemente de sua classe, não são conversíveis em ações ordinárias, exceto se assim decidido pela Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto - As ações preferenciais Classe A farão jus ao recebimento de dividendos fixos anuais de R\$0,01 (um centavo) por ação, a serem creditados após pagos os valores devidos às ações preferenciais Classe B e às ações preferenciais Classe D, nesta ordem.

Parágrafo Sexto - As ações preferenciais Classe D farão jus ao recebimento de dividendos fixos anuais determinados de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo I ao presente Estatuto Social.

Parágrafo Sétimo - As ações preferenciais Classe B farão jus ao recebimento de dividendos fixos anuais (i) de R\$0,01 (um centavo) por ação, ou (ii) determinados de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo I ao presente Estatuto Social, o que for maior.

Parágrafo Oitavo - Sem prejuízo do disposto do Acordo de Acionistas da Companhia, as ações preferenciais Classe B e as ações preferenciais Classe D poderão ser resgatadas de forma parcial, mediante pagamento em moeda corrente nacional, conforme valor e critérios que venham a ser determinados pelas acionistas detentoras de ações representativas da totalidade do capital social votante da Companhia, sempre atendendo aos princípios definidos no Acordo de Acionistas.

Parágrafo Nono - A Companhia poderá criar reservas de capital, de acordo com as disposições aplicáveis da LSA, observando-se que qualquer capitalização de tais reservas deverá ser feita sem a emissão de novas ações.”

Artigo 28 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social, a Diretoria deverá submeter ao Conselho de Administração, e tal órgão deverá deliberar e submeter à Assembleia Geral, uma proposta para

a destinação do lucro líquido apurado no exercício social, calculado após as deduções e ajustes previstos na LSA, observada a seguinte ordem de destinação, salvo decisão em contrário das Acionistas, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável:

(i) primeiro, 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até atingir o menor valor dentre (x) 20% (vinte por cento) do capital social ou (y) 30% (trinta por cento) do capital social acrescido de contribuições que ultrapassam a importância destinada à formação do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, exceder o menor dentre os valores de (x) e (y), não será obrigatória a alocação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) segundo, o valor necessário para o pagamento de dividendos fixos das ações preferenciais Classe B, que será variável e calculado de acordo com as regras previstas pelo Anexo I a este Estatuto Social, e, caso nenhum pagamento seja devido por força dessas regras, o pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais Classe B, no valor de R\$0,01 (um centavo) por ação;

(iii) terceiro, o valor necessário para o pagamento de dividendos fixos das ações preferenciais Classe D, que será variável e calculado de acordo com as regras previstas pelo Anexo I a este Estatuto Social;

(iv) quarto, o valor necessário para o pagamento, dos dividendos fixos das ações preferenciais Classe A, no valor de R\$0,01 (um centavo) por ação, conforme estabelecido no Parágrafo 5º do Artigo 5º deste Estatuto Social;

(v) quinto, o valor necessário para o pagamento dos dividendos obrigatórios às ações ordinárias, que não pode ser inferior, em cada exercício social, a 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado, conforme estabelecido no Artigo 202 da LSA;

(vi) sexto, até 80% (oitenta por cento) do lucro líquido para a constituição de uma reserva estatutária para operações e novos investimentos/projetos ("Reserva Estatutária"), que não poderá exceder o percentual de 80%

(oitenta por cento) do capital social, observado que o valor a ser destinado a cada exercício para essa reserva deve ser aprovado pelos titulares de 80% (oitenta por cento) do capital social votante da Companhia; e

(vii) sétimo, o pagamento do valor restante a título de dividendos complementares às ações ordinárias, ou na forma de qualquer outra distribuição que possa ser determinada em assembleia geral.

Parágrafo Único - *Por decisão do Conselho de Administração, os dividendos pagos anualmente ou de forma intermediária (e nesse caso, tal como previsto neste Artigo 28), poderão ser pagos como juros sobre o capital próprio.”*

7.4.3. O Anexo I do Estatuto Social da Companhia também fica alterado em razão da extinção das ações preferenciais Classe C e passa a vigorar conforme redação constante do Anexo II da presente ata.

7.5. Posto em votação o **item “e” constante da ordem do dia**, os acionistas aprovam também a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação do Anexo II da presente ata.

8. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e aprovada, foi por todos assinada. (aa) RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO – Presidente da Mesa; GUILHERME JOSÉ DE VASCONCELOS CERQUEIRA – Secretário da Mesa; COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Mario Augusto da Silva e Marcelo de Souza Scarcela Portela; COSAN INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A – Rubens Ometto Silveira Mello e Marcelo de Souza Scarcela Portela; e SHELL BRAZIL HOLDING BV – Silvio Costa Rodrigues Neto.

Declaro que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio.

GUILHERME JOSÉ DE VASCONCELOS CERQUEIRA
Secretário

Anexo I

Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2017.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Raízen Energia S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de março de 2017.

PERFORMANCE OPERACIONAL

A seguir são apresentados os resultados da Raízen Energia, cuja principal atividade é a produção e a comercialização de produtos derivados da cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP) e branco, etanol anidro e hidratado, além das atividades relacionadas à cogeração de energia a partir da biomassa e operações de *trading* de etanol. O exercício social da Raízen Energia tem início em abril e término em março de cada ano. Este relatório aborda os resultados do trimestre que se inicia em 1º de janeiro de 2017 e termina em 31 de março de 2017 (4T'17), e do ano que se inicia em 1º de abril de 2016 e termina em 31 de março de 2017 (ano safra 2016/17).

HIGHLIGHTS ECONÔMICO-FINANCEIROS – ENERGIA

Raízen Energia: O EBITDA ajustado do 4T17, excluídos a variação do ativo biológico, o *hedge accounting* de dívida e efeitos pontuais, alcançou R\$ 770 milhões (-35%), impactado principalmente pela (i) menor concentração de vendas no período, (ii) maior custo do CONSECANA e (iii) menor taxa de câmbio no período, apesar do melhor preço médio de venda de açúcar. A safra 2016/17 foi encerrada com moagem total de 59,4 milhões de toneladas de cana (-5%), afetada por menor produtividade na comparação com a safra anterior (redução

Definições

4T'16: trimestre encerrado em 31 de março de 2016.

3T'17: trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2016.

4T'17: trimestre encerrado em 31 de março de 2017.

FY 2016: Início em 1º de abril

do TCH em decorrência do menor volume de chuvas, compensado por um ATR um pouco melhor). O volume de vendas, em açúcar equivalente, caiu 4%, neutralizados por maiores preços médios de venda de açúcar e de etanol. O custo caixa médio unitário, excluindo o efeito do CONSECANA, foi 2% menor na safra 2016/17, absorvendo a inflação e evidenciando os ganhos com eficiência no processo produtivo e industrial. O EBITDA ajustado da safra foi de R\$ 3,1 bilhões (-11%). Se incluirmos o efeito do *hedge* cambial das exportações de açúcar, que passa pela linha do resultado financeiro, o EBITDA ajustado seria de R\$ 3,7 bilhões versus R\$ 3,0 bilhões na safra passada, na mesma base de comparação. O CAPEX totalizou R\$ 2,1 bilhões (+18%), em linha com o *guidance*.

Métricas Operacionais e Financeiras

EBIT Ajustado*/ATR (R\$/ton)

157

183

-14%

135

159

-15%

A. Raízen Energia

A safra 2016/17 de cana de açúcar no Brasil, encerrada em março de 2017, atingiu 607 milhões de toneladas (-2%) na região centro-sul, que concentra a maior parte das usinas produtoras de açúcar e etanol do país. Segundo a UNICA – União das Usinas de Cana-de-Açúcar, a redução da moagem na safra brasileira foi compensada pela melhora de 2% na qualidade da matéria-prima, que atingiu 133 kg de açúcares totais recuperáveis (ATR) por tonelada de cana, comparado a 131 kg/tons do ano-safra anterior. O *mix* de produção de açúcar na região centro-sul alcançou 46% ao final da safra, comparado a 41% na safra 2015/16, estimulado pelo aumento dos preços da *commodity* (contratos NY#11) e menor competitividade do etanol frente à gasolina nas principais regiões consumidoras.

O 4T17, período de entressafra da Raízen Energia, concentra as atividades de manutenção. Diferentemente do 4T16 quando houve encurtamento do período de entressafra pela antecipação do início da moagem (iniciada em março), não houve moagem neste trimestre. **A moagem final da safra 2016/17 foi de 59,4 milhões de toneladas, redução de 5% do volume, reflexo (i) do menor TCH da safra (80 tons/hectare versus 89 na safra anterior) afetado pelo menor volume de chuvas, e (ii) da moagem de 2,8 milhões de toneladas em março, incluído no ano safra anterior.** O ATR médio da safra foi de 129 kg/tons, acima dos 128 kg/tons da safra anterior. Em linha com a estratégia de comercialização focada na maximização de açúcar, o *mix* de produção final foi de 57% açúcar (versus 55% na safra 2015/16).

A receita líquida ajustada do 4T17 foi de R\$ 3,0 bilhões (-22%), refletindo menor concentração de volumes vendidos e menor preço médio de venda de etanol, compensado pelo melhor preço médio de venda de açúcar. Na safra 2016/17, a

receita líquida ajustada atingiu R\$ 12,3 bilhões (+0,5%), em função dos menores volumes vendidos de todos os produtos, compensados pelos melhores preços médios de venda do açúcar e do etanol. Abaixo destacamos os efeitos em volume e receita líquida para os principais produtos:

Açúcar: No trimestre, a receita líquida ajustada caiu (-24%) atingindo R\$ 1,4 bilhão, reflexo da redução de 28% do volume vendido no 4T17, comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta redução foi parcialmente compensada pelo melhor preço médio em Reais – R\$ 1.303/ton no trimestre atual (+6%). Na safra, a receita líquida ajustada somou R\$ 5,4 bilhões (-2%), afetada pela redução de 9% do volume vendido, parcialmente compensada pelo melhor preço de vendas em Reais – R\$ 1.253/ton (+7%).

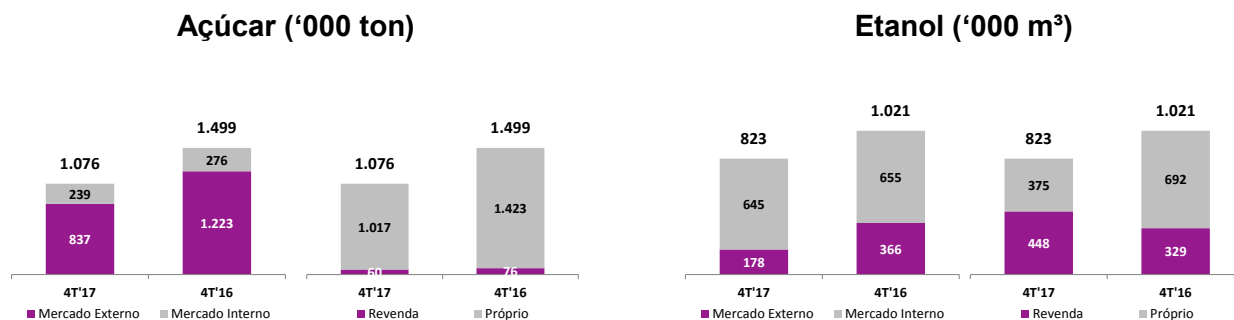
Etanol: A receita líquida no 4T17 alcançou R\$ 1,5 bilhão (-21%) devido à queda dos volumes vendidos (-19%) e do preço médio realizado no período - R\$ 1.859/m³ (-2%) no 4T17, em linha com os preços praticados no mercado (base ESALQ). Já na safra, a receita líquida de etanol atingiu R\$ 6,1 bilhões (+4%), refletindo o melhor preço médio - R\$ 1.778/m³ (+4%) e volume vendido em linha com a safra anterior (-1%).

Cogeração: No 4T17, a receita líquida pela venda de energia atingiu R\$ 41 milhões (-6%) refletindo o volume vendido de 222 mil MWh (-24%). Ao final da safra 2016/17, a menor disponibilidade de biomassa resultou num menor volume vendido (-2%), totalizando 2,8 milhões MWh e afetando a receita líquida que atingiu R\$ 518 milhões (-12%). O preço médio de energia vendida na safra foi de R\$ 185/MWh (-10%) explicado pelo menor preço *spot*, que afeta cerca de 20% do total de energia vendida.

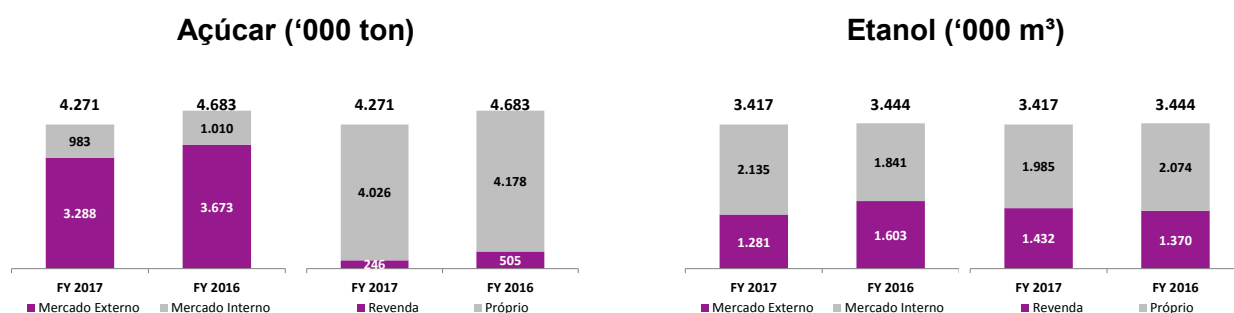
Composição das Vendas (R\$ Mln)	4T'17	4T'16	Var %	FY 2017	FY 2016	Var %
Receita operacional líquida (ajustada)	3.023,3	3.866,3	-21,8%	12.290,8	12.227,7	0,5%
Vendas de Açúcar Total	1.401,8	1.846,3	-24,1%	5.350,3	5.469,6	-2,2%
Mercado Interno	358,2	361,7	-1,0%	1.433,9	1.091,4	31,4%
Mercado Externo	1.043,5	1.484,6	-29,7%	3.916,4	4.378,2	-10,5%
Vendas de Etanol Total	1.530,6	1.936,9	-21,0%	6.074,1	5.867,7	3,5%
Mercado Interno	1.167,8	1.234,3	-5,4%	3.743,9	2.969,1	26,1%
Mercado Externo	362,8	702,6	-48,4%	2.330,1	2.898,7	-19,6%
Cogeração de Energia	41,1	43,9	-6,3%	517,7	586,1	-11,7%
Outros Produtos e Serviços	49,8	39,2	27,2%	348,7	304,3	14,6%
Efeitos do Hedge Accounting - Dívida	(110,1)	-	n/a	(110,1)	(360,7)	-69,5%
Receita operacional líquida	2.913,2	3.866,3	-24,7%	12.180,7	11.867,1	2,6%

Nota: Receita líquida de açúcar ME inclui o efeito do *hedge accounting* – dívida.

Volumes Vendidos 4T'17 x 4T'16



Volumes Vendidos FY 2017 x FY 2016



Estoques: Açúcar	4T'17	4T'16	Var %
000' ton	216,0	51,9	315,9%
R\$ Mn	204,9	40,5	406,5%
R\$/ton	948,7	779,0	21,8%

Estoques: Etanol	4T'17	4T'16	Var %
000' m³	178,8	161,3	10,9%
R\$ Mn	297,3	197,2	50,8%
R\$/m³	1.662,3	1.222,3	36,0%

O custo dos produtos vendidos no 4T17 totalizou R\$ 2,3 bilhões, 11% inferior ao mesmo período do ano anterior, consequência da menor concentração de vendas no trimestre. Já o custo caixa unitário, em açúcar equivalente, seguiu a tendência do ano-safra e cresceu 9% (R\$ 719/ton), impactado pelo aumento do CONSECANA (+23%), indicador que afeta os custos de arrendamento de terras e compra de cana de fornecedores. Excluindo este efeito, o custo caixa unitário caiu 5% no trimestre. Ao final da safra 2016/17, o custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 9,4 bilhões (+4%), apesar do menor volume vendido. O custo caixa unitário foi de R\$ 666/ton (+13%). **Desconsiderando o aumento do CONSECANA, o custo caixa unitário seria 2% inferior, absorvendo a inflação no ano-safra e refletindo o contínuo foco em eficiência na operação agrícola e industrial.**

Custo dos produtos vendidos (R\$ Mn)	4T'17	4T'16	Var %	FY 2017	FY 2016	Var %
Custo dos produtos vendidos	(2.306,4)	(2.589,6)	-10,9%	(9.372,0)	(9.029,7)	3,8%
Acúcar Próprio	(942,6)	(1.271,3)	-25,8%	(3.592,4)	(3.415,0)	5,2%
Etanol Próprio	(589,1)	(967,2)	-39,1%	(2.814,8)	(2.719,2)	3,5%
Revenda e Trading	(790,7)	(662,8)	19,3%	(2.713,7)	(2.741,1)	-1,0%
Cogeração de Energia	(21,3)	(21,1)	0,9%	(202,4)	(238,6)	-15,2%
Outros Produtos e Serviços	37,4	332,9	-88,8%	(48,7)	84,3	-157,7%
Custos Caixa Açúcar Equivalente (R\$/ton)	(718,8)	(660,7)	8,8%	(665,8)	(591,8)	12,5%
Custo Caixa Açúcar - Próprio (R\$/ton)	(698,6)	(663,6)	5,3%	(669,0)	(591,9)	13,0%
Custo Caixa Etanol - Próprio (R\$/m³)	(1.204,8)	(1.051,3)	14,6%	(1.058,8)	(946,9)	11,8%
Custos Caixa Açúcar Equivalente - excl. efeito CONSECANA (R\$/ton)	(630,8)	(660,7)	-4,5%	(577,8)	(591,8)	-2,4%

Nota: Custo caixa de volumes próprios exclui depreciações e amortizações de plantio, trato cultural, agrícola, industrial e manutenção de entressafra.

As despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram R\$ 280 milhões (-20%) no 4T17, queda explicada principalmente pelas menores despesas com vendas como consequência do menor volume vendido no trimestre. No ano-safra, as despesas com vendas, gerais e administrativas foram de R\$ 1,2 bilhão (+3%), em linha com a inflação do período e influenciada principalmente por um aumento nos custos de frete.

O EBITDA ajustado do 4T17 alcançou R\$ 770 milhões (-35%) e foi afetado pelo menor volume vendido no período dada a estratégia de comercialização para a safra, parcialmente compensada pelo maior preço médio de venda de açúcar em Reais. Os ajustes foram: (i) R\$ 88 milhões de variação positiva do ativo biológico, (ii) R\$ 110 milhões de impacto negativo de *hedge accounting* de dívida, (iii) R\$ 132 milhões de provisão para perda de investimentos em logística da Raízen. Conforme destacado nas divulgações anteriores, a fixação de preços de açúcar na Raízen é feita em Reais (*hedge* de *commodity* e da moeda). A valorização do Real frente ao dólar norte-americano segue afetando o EBITDA do período, uma vez que a receita reconhecida nas exportações de açúcar reflete o câmbio da data do embarque. Em contrapartida, houve ganho de R\$ 174 milhões no resultado financeiro do 4T17, via instrumentos de proteção de câmbio contratados para fixação da receita em Reais, que elevariam o EBITDA ajustado para R\$ 907 milhões. A taxa de câmbio média fixada para os embarques foi de R\$ 3,73/USD, comparada a uma taxa média de câmbio realizada (PTAX) de R\$ 3,12/USD. Nos 12 meses da safra 2016/17, este mesmo efeito gerou um impacto negativo de R\$ 602 milhões no EBITDA. Na safra 2016/17, o menor volume vendido do período afetou o EBITDA ajustado, que foi de R\$ 3,1 bilhões (-11%), dentro do *guidance* divulgado para o período. Incluindo o efeito do *hedge* cambial, o EBITDA ajustado cresceu 25% em relação à safra 2015/16.

EBITDA (R\$ Mil)	4T'17	4T'16	Var %	FY 2017	FY 2016	Var %
EBITDA	616,5	1.553,6	-60,3%	3.207,5	3.506,1	-8,5%
Efeitos do Ativo Biológico	(88,3)	(375,8)	-76,5%	(319,1)	(368,2)	-13,3%
Efeitos do Hedge Accounting - Dívida	110,1	-	n/a	110,1	360,7	-69,5%
Outros Efeitos Pontuais	131,8	-	n/a	131,8	-	n/a
EBITDA Ajustado	770,1	1.177,8	-34,6%	3.130,2	3.498,5	-10,5%
EBIT	223,0	949,2	-76,5%	1.388,7	1.629,2	-14,8%
EBIT Ajustado	376,5	573,4	-34,3%	1.311,4	1.621,6	-19,1%

A posição de volumes e preços de açúcar fixados com *tradings* ou via instrumentos financeiros derivativos, em dólar norte-americano e convertido para Reais, incluindo prêmio de polarização, até 31 de março de 2017, respectivamente, são resumidas como segue:

Sumário das Operações de Hedge em 31/03/2017:	2017/18	2018/19
Açúcar		
Volume (000' ton)	1.834,7	228,8
Preço médio (¢R\$/lb) *	72,5	72,7
Preço médio (¢US\$/lb) *	18,1	19,0

* Inclui prêmio de polarização.

O preço em ¢R\$/lb considera a proteção cambial de instrumentos financeiros enquanto a receita líquida é contabilizada pela taxa de câmbio realizada no período.

O CAPEX do 4T17 totalizou R\$ 897 milhões (+11%), reflexo principalmente do (i) maior investimento em áreas de plantio e (ii) da antecipação de projetos relacionados à Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA) e *Sustaining*. Em 2016/17, o CAPEX da Raízen Energia foi de R\$ 2,1 bilhões (+18%), em linha com o *guidance* para o período. Este aumento frente ao ano-safra anterior reflete principalmente maior investimento em (i) plantio e trato pelo ajuste do nível de renovação do canavial para 15%; (ii) investimentos mandatórios ligados à SSMA e

Sustaining e (iii) investimentos em projetos diversos.

Capex (R\$ Mln)	4T'17	4T'16	Var %	FY 2017	FY 2016	Var %
Capex Total	897,4	810,6	10,7%	2.088,3	1.768,8	18,1%
Capex Manutenção	588,7	525,5	12,0%	1.445,1	1.257,3	14,9%
Ativos biológicos	174,0	137,6	26,4%	817,3	701,7	16,5%
Manutenção de entressafra	414,7	387,9	6,9%	627,9	555,6	13,0%
Capex Operacional	157,5	107,0	47,2%	237,5	153,0	55,2%
SSMA & sustaining	126,7	49,4	156,5%	176,6	79,6	121,8%
Mecanização	25,9	54,1	-52,1%	50,8	65,9	-22,9%
Industrial	4,9	3,6	38,7%	10,1	7,5	34,9%
Capex de Projetos	151,2	178,1	-15,1%	405,7	358,5	13,2%
Cogeração e Expansão	20,6	68,9	-70,1%	79,4	151,3	-47,5%
Outros	130,6	109,2	19,7%	326,3	207,2	57,5%

Nota: Inclui juros capitalizados.

O aumento da receita financeira líquida no ano safra de 2016/17 se deve principalmente a redução do saldo de dívida líquida e a desvalorização do dólar norte-americano frente ao real (de 3,5589 BRL/USD para 3,1684 BRL/USD) impactando a linha de derivativos onde temos uma posição vendida em dólar norte-americano.

Resultado Financeiro (R\$ Mln)	4T'17	4T'16	Var %	3T'17	Var %	FY 2017	FY 2016	Var %
Despesa financeira	(218)	(261)	-16,3%	(219)	-0,5%	(868)	(970)	-10,5%
Receita financeira	174	162	7,2%	154	13,3%	665	665	0,1%
Variação cambial	(25)	(15)	67,3%	(0)	5696,1%	(68)	(442)	-84,6%
Derivativos	207	325	-36,4%	113	82,5%	736	577	27,5%
Resultado financeiro	137	211	-35,1%	47	192,4%	465	(169)	-375,0%

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 1.404,7 milhões em comparação a um lucro de R\$ 1.012,5 milhões reportados no FY 2016.

Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A Raízen Energia S.A. segue a Lei das S.A. para fins de distribuição de dividendos e tem previsto em seu estatuto social o pagamento a título de dividendo obrigatório às ações ordinárias de 1% do lucro líquido ajustado de cada exercício encerrado em 31 de março. Os montantes distribuídos e pagos de dividendos e juros sobre o capital próprios estão explícitos nas demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações das movimentações do patrimônio líquido e nas notas explicativas anexas às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de março de 2017.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Raízen possui compromissos e diretrizes para o desenvolvimento sustentável previstos em sua Política de Sustentabilidade, documento que tem por objetivo estabelecer e comunicar os princípios, compromissos e diretrizes em sustentabilidade que norteiam a gestão dos negócios da Companhia e o relacionamento com os seus públicos. A política se aplica a todos os funcionários e pessoas que atuam em nome da Companhia, em todas as suas unidades de negócio.

Em linha com essas diretrizes, a Raízen já possui 67% de todas as suas unidades produtoras de etanol e açúcar certificadas no padrão internacional Bonsucro – único desenvolvido especificamente para a produção de cana-de-açúcar – que atesta que as unidades seguem seus mais elevados requisitos de sustentabilidade. A certificação Bonsucro é reconhecida pela Comissão Europeia como uma certificação voluntária que cumpre com os critérios da Diretiva Europeia para Energias Renováveis (Diretiva 2009/28/EC). Com esta certificação as empresas tornam-se aptas a comercializar seus produtos para países integrantes da União Europeia (UE) e para os demais mercados com altos padrões de exigência em sustentabilidade.

Na mesma linha, a Raízen deu outro passo rumo a uma atuação cada vez mais sustentável com a conquista da certificação ISCC para seu etanol de segunda geração. Foi o primeiro etanol de segunda geração produzido a partir do bagaço no mundo a obter esta certificação, possibilitando a exportação para diversos países.

A Raízen mantém, ainda, uma série de outras certificações que atestam a qualidade de seu trabalho, como o Registro na EPA (Programa da agência de proteção ambiental dos Estados Unidos, obrigatório para produtores de etanol que comercializam biocombustível no mercado norte-americano), Registro na CARB (Entidade regulatória da Califórnia (*California Air Resources Board*) que assegura o cumprimento das normas de produção e transporte de combustível estipuladas no *Low Carbon Fuel Standard*), ISO 9001 e FSSC 22000 (certificações que asseguram, respectivamente, a qualidade e a segurança dos produtos da Raízen), ISO 14001 e OSHAS

18001 (respectivamente, sistemas de gestão ambiental e de gestão e saúde ocupacional).

Segurança é um tema considerado prioritário para a Raízen que dissemina entre seus funcionários e parceiros a responsabilidade por atitudes seguras. Como desafio a Raízen busca o índice zero de acidentes em todos seus negócios focando no comportamento seguro como chave para conquistá-lo, o que vem rendendo melhorias significativas em seus índices de acidentes ano após ano, quadro que se repetiu na safra 2016/2017.

Saúde e segurança constituem dois dos principais pilares de atuação da Companhia, traduzidos na forma como o programa SIGO (Sistema Integrado de Gestão das Operações) é seguido nas operações diárias. O SIGO é uma plataforma integrada que gerencia as atividades que envolvem riscos de SSMA em todas as atividades da Raízen, com foco no comportamento preventivo e na melhoria contínua.

A atuação ambiental da Companhia se baseia no reconhecimento de que, sendo uma das maiores empresas do setor de energia do país, possui responsabilidade na preservação do meio ambiente e na minimização dos impactos causados por suas atividades. Para isso, a Companhia investe no uso consciente de recursos e na proteção ambiental.

Um exemplo disso é o Programa Redusa, reconhecido na 12ª edição do Prêmio Fiesp de Conservação e Reuso de Água em março de 2017. O projeto visa à redução do consumo de água e redução de geração de efluentes e reflete a preocupação da Raízen em adotar práticas sustentáveis para promover a conscientização do uso de recursos hídricos nas atividades industriais.

A Raízen é signatária ao Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro, desde 2007. O documento, um acordo firmado entre o governo do Estado de São Paulo e a União da Indústria da Cana-de-Açúcar de São Paulo – (Unica), relaciona princípios e orientações técnicas a serem adotados pelas indústrias da cadeia da cana-de-açúcar no que diz respeito às questões ambientais. Dentre esses princípios destaca-se a antecipação dos prazos

legais estabelecidos para a eliminação da prática da queima na colheita da cana-de-açúcar. Para alcançar este objetivo, a Raízen fez significativos investimentos em monitoramento e resposta a incêndio nos canaviais, através de câmeras de alta definição e longo alcance para identificação de focos e rápida resposta impedindo o alastramento.

A Raízen entende e reconhece que suas atividades têm impacto potencial, positivo ou negativo, sobre *stakeholders* diversos, incluindo comunidades em áreas de influência de nossas operações.

Diante do fato de que o desempenho satisfatório nas atividades da Companhia está diretamente relacionado com um bom relacionamento com públicos de interesse e com a geração de valor para as comunidades, a Raízen desenvolveu uma Política de Desempenho Social onde são estabelecidos os objetivos da Raízen no que diz respeito à gestão de riscos e oportunidades sociais em suas operações. Como uma das ferramentas desta política, foi implementado um software que analisa e classifica as oportunidades de investimento social e patrocínios de acordo com o retorno potencial de cada um deles. Dessa forma, minimizou-se a subjetividade de análise e maximizaram-se os resultados dos projetos, uma vez que o software é parametrizado com os objetivos da Raízen.

Através da área de Responsabilidade Social e da Fundação Raízen a Companhia investe em projetos sociais nas vertentes da educação e da qualificação profissional. Ao oferecer cursos de formação profissional a jovens iniciantes nas regiões onde mantém unidades produtivas, a Raízen não apenas acrescenta candidatos qualificados aos postos de trabalho que ela mesma oferece, mas também contribui para melhorar, de maneira geral, a oferta de mão de obra local.

Na vertente educacional, a Fundação Raízen busca oferecer a estudantes de diversas faixas de idade, da educação infantil a adolescentes de 17 anos, uma formação complementar à educação regular.

Na estrutura de governança corporativa da Raízen há o Comitê de Responsabilidade Social Corporativa (CSR - *Corporate Social*

Responsibility Committee) que serve como suporte técnico ao Conselho de Administração sobre questões relacionadas à Sustentabilidade.

Este Comitê conta com a participação de representantes de cada acionista (Cosan e Shell) e cabe ao CSR definir estratégias, prover recursos e acompanhar o desempenho da gestão sustentável na Raízen.

Estas são algumas iniciativas que fortalecem o objetivo da Raízen em adotar práticas que levam cada vez mais ao desenvolvimento sustentável. Seguindo este caminho, a Companhia publica anualmente seu Relatório Anual (segundo diretrizes do padrão internacional GRI – *Global Reporting Initiative*), que reafirma a disposição da Companhia para dialogar de forma transparente com seus públicos estratégicos. O relatório apresenta nosso desempenho em indicadores chave, além do resultado de ações desenvolvidas pela Raízen ao longo do ano-safra.

Para mais informações, consulte o último Relatório Anual da Raízen.

<http://www.raizen.com.br/relatorioanual/>

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de março de 2017, considerando os empregados das nossas empresas, contávamos com 29.627 (março de 2016 – 29.895) funcionários. Todos os nossos empregados, inclusive os trabalhadores rurais migrantes e temporários são contratados diretamente pela Companhia em regime CLT.

A Companhia mantém relacionamentos harmoniosos com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente têm, de uma forma geral, duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável e das condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não-sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem refeições balanceadas, assistência médica,

hospitalar e odontológica, subsídio para aquisição de medicamentos, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, bolsa de estudos, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

A Companhia consolidou seus programas de formação profissional, com forte atuação e investimentos em programas estruturados de desenvolvimento de gestores, e, nível operacional através de treinamentos de capacitação.

Nos últimos anos a Companhia vem estruturando bases para um sólido plano de carreira e sucessão na Companhia, além da continuidade dos programas de avaliação de desempenho e competências, baseado no modelo de meritocracia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A companhia pauta seu relacionamento com os seus *stakeholders* sob os princípios da transparência, equidade, qualidade da prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Para garantir a transparência da gestão e dos negócios a Companhia conta com uma política de divulgação de informações, de forma a garantir que os dados para o mercado sejam distribuídos de forma ampla, transparente e homogênea.

A Companhia mantém procedimentos robustos de controles internos, tendo se adequado de forma objetiva às necessidades pautadas pelos seus princípios de Governança Corporativa.

Em linha com as melhores práticas de governança, a Companhia possui

comitês para apoiar o monitoramento e as deliberações do seu Conselho de Administração, tais como Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Remuneração e Comitê de Responsabilidade Social Corporativa.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2017.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório dos auditores da KPMG Auditores Independentes, emitido em 14 de junho de 2017 relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2017.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Ao longo do exercício de 2017, em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de março de 2017 e

serviços relacionados à auditoria para emissão de carta de conforto com honorários de US\$ 105.000,00 (R\$349.864,00), que representam 11,6% dos honorários dos serviços de auditoria externa; e suas partes relacionadas prestaram serviços de conformidade tributária (“*compliance*”). Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

Anexo II

Estatuto Social Consolidado

ESTATUTO SOCIAL DA RAÍZEN ENERGIA S.A.

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A **RAÍZEN ENERGIA S.A.** é uma Companhia por ações regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pela Lei Federal nº 6.404/76 (“LSA”).

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto: (i) a produção, venda e comercialização de açúcar de cana-de-açúcar e seus subprodutos, dentro ou fora da República Federativa do Brasil; (ii) a produção de etanol de cana-de-açúcar e de subprodutos do etanol, dentro ou fora da República Federativa do Brasil, sua venda nos países onde são produzidos pela Companhia e sua comercialização dentro ou fora da República Federativa do Brasil; (iii) o desenvolvimento e licenciamento de tecnologia relativa à produção de açúcar de cana-de-açúcar, seus subprodutos e etanol (não apenas a partir da cana-de-açúcar) dentro ou fora da República Federativa do Brasil; (iv) a produção e venda, nas instalações da Companhia, de vapor e eletricidade gerados a partir de insumos e subprodutos do processo de produção de cana-de-açúcar, de matérias primas usadas para essa cogeração e de quaisquer produtos derivados resultantes dessa cogeração; (v) o investimento em, e a operação de, infraestrutura logística relativa a açúcar de cana-de-açúcar ou a etanol (não apenas a partir da cana-de-açúcar), incluindo dutos no Brasil e nos demais países em que a Companhia produza açúcar de cana-de-açúcar, etanol ou seus subprodutos; (vi) o transporte de passageiros e de carga, incluindo transporte de passageiros e mercadorias sobre a água; (vii) a exploração agrícola de terra de propriedade da Companhia ou de terceiros; (viii) a importação, exportação, manejo, comercialização, produção, depósito ou transporte de fertilizantes e outras matérias primas agrícolas; (ix) a administração de bens imóveis e móveis, incluindo arrendamento, recebimento, locação e empréstimo de quaisquer bens e equipamentos em geral; (x) a prestação de serviços técnicos relativos às atividades acima mencionadas; (xi) a participação acionária em outras companhias; (xii) a atividade de navegação de cabotagem, interior de travessia, fluvial e lacustre; (xiii) o desenvolvimento de pesquisas, inclusive com organismos geneticamente modificados e o desenvolvimento e produção de biocombustíveis e materiais bioquímicos e biológicos com a utilização de organismos geneticamente modificados; (xiv) a importação e exportação de materiais necessários à atividade acima descrita no item (xiii)

acima, inclusive a importação e exportação de organismos geneticamente modificados.

Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4100, 11º andar, parte V, Itaim Bibi – CEP 04538-132.

Parágrafo Único – A Companhia poderá, mediante aprovação da Diretoria, abrir, transferir e/ou extinguir filiais, agências, depósitos, escritórios e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$6.516.353.969,58 (seis bilhões, quinhentos e dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e nove Reais e cinquenta e oito centavos), dividido em 7.376.625.656 (sete bilhões, trezentos e setenta e seis milhões, seiscentas e vinte e cinco mil, seiscentas e cinquenta e seis) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 7.243.283.198 (sete bilhões, duzentos e quarenta e três milhões, duzentas e oitenta e três mil, cento e noventa e oito) ações ordinárias, 1 (uma) ação preferencial Classe A, 133.242.457 (cento e trinta e três milhões, duzentos e quarenta e duas mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações preferenciais Classe B e 100.000 (cem mil) ações preferenciais Classe D.

Parágrafo Primeiro - As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Parágrafo Segundo - Cada ação ordinária e cada ação preferencial Classe A dará direito a um voto nas assembleias gerais da Companhia.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais Classe B e as ações preferenciais Classe D não têm direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto - As ações preferenciais, independentemente de sua classe, não são conversíveis em ações ordinárias, exceto se assim decidido pela Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto - As ações preferenciais Classe A farão jus ao recebimento de dividendos fixos anuais de R\$0,01 (um centavo) por ação, a serem creditados após

pagos os valores devidos às ações preferenciais Classe B e às ações preferenciais Classe D, nesta ordem.

Parágrafo Sexto - As ações preferenciais Classe D farão jus ao recebimento de dividendos fixos anuais determinados de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo I ao presente Estatuto Social.

Parágrafo Sétimo - As ações preferenciais Classe B farão jus ao recebimento de dividendos fixos anuais (i) de R\$0,01 (um centavo) por ação, ou (ii) determinados de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo I ao presente Estatuto Social, o que for maior.

Parágrafo Oitavo - Sem prejuízo do disposto do Acordo de Acionistas da Companhia, as ações preferenciais Classe B e as ações preferenciais Classe D poderão ser resgatadas de forma parcial, mediante pagamento em moeda corrente nacional, conforme valor e critérios que venham a ser determinados pelas acionistas detentoras de ações representativas da totalidade do capital social votante da Companhia, sempre atendendo aos princípios definidos no Acordo de Acionistas.

Parágrafo Nono - A Companhia poderá criar reservas de capital, de acordo com as disposições aplicáveis da LSA, observando-se que qualquer capitalização de tais reservas deverá ser feita sem a emissão de novas ações.

Artigo 6º - A Companhia poderá, mediante autorização da Assembleia Geral, adquirir ações de sua própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria para posterior alienação, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 7º - Nos termos de planos específicos aprovados em Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opções de compra de ações a seus administradores e empregados, bem como a administradores e empregados de Companhias por ela controladas.

CAPÍTULO III - ÓRGÃOS DA COMPANHIA

Artigo 8º - Os órgãos da Companhia são (i) a Assembleia Geral, (ii) o Conselho de Administração e (iii) a Diretoria.

Parágrafo Primeiro - Os administradores da Companhia serão dispensados de

prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo Segundo - A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será estabelecida anualmente pela assembleia geral, e o Conselho de Administração será responsável pela alocação, estrutura e distribuição dessa remuneração entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse nos respectivos Livros de Atas dos órgãos para os quais forem eleitos, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos respectivos sucessores.

CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º - A Companhia realizará assembleia geral ordinária dentro dos quatro primeiros meses após o término de cada exercício social, e assembleia geral extraordinária sempre que convocada de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Único - As acionistas poderão ser representadas na assembleia geral por procurador que atenda os requisitos previstos na LSA.

Artigo 10 - A convocação será feita pelo Presidente do Conselho de Administração, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data em que se realizará a Assembleia Geral, não havendo quórum para a instalação da assembleia, uma segunda convocação será feita, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência.

Parágrafo Primeiro - As formalidades de convocação serão dispensadas se todas as acionistas estiverem presentes na assembleia geral.

Parágrafo Segundo – Sem prejuízo dos requisitos estabelecidos pelo Artigo 14 abaixo, e salvo nos casos em que a LSA exige maior quórum de presença, a assembleia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando pelo menos 25% do capital votante da Companhia e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas.

Artigo 11 - A assembleia geral, convocada e realizada de acordo com a LSA e este Estatuto Social, será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por qualquer pessoa por

ele indicada. O Presidente escolherá um secretário dentre os presentes.

Artigo 12 - A assembleia geral deliberará sobre todas as matérias previstas na lei aplicável e neste Estatuto Social.

Artigo 13 - As matérias submetidas à aprovação da Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação, serão aprovadas de acordo com o quórum necessário previsto neste Estatuto Social, na LSA ou no Acordo de Acionistas.

Artigo 14 - A aprovação de quaisquer matérias listadas abaixo dependerá de voto afirmativo de acionistas representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante da Companhia: (i) a eleição ou destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como a instalação do Conselho Fiscal; (ii) a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras; (iii) qualquer deliberação, baseada em uma proposta submetida pelo Conselho de Administração, sobre a alocação do lucro líquido apurado durante o exercício social e sobre a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, sujeito ao cumprimento do Artigo 28 abaixo; (iv) a aprovação ou alteração de orçamento de capital; (v) o estabelecimento da remuneração global e agregada dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, incluindo qualquer plano de remuneração para gratificar a administração da Companhia pelo êxito em suas respectivas atribuições, e dos membros do Conselho Fiscal; (vi) a criação, alteração ou o cancelamento de plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, bem como qualquer decisão relativa aos benefícios concedidos nos termos de tal plano, aplicado em qualquer caso para gratificar a administração da Companhia pelo êxito nas respectivas atribuições, ou qualquer decisão de não outorgar, ou de reter, benefícios devidos a qualquer participante de tal plano; (vii) o aditamento ou a consolidação de qualquer disposição deste Estatuto Social; (viii) qualquer aumento ou redução de capital; (ix) emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários, bem como resgate, amortização, recompra ou alteração deles ou qualquer outro tipo de reorganização ou reestruturação relacionada a tais valores mobiliários, ou criação de classes adicionais desses valores mobiliários; (x) o grupamento ou desdobramento de valores mobiliários de emissão da Companhia ou qualquer atribuição de bonificação em ações; (xi) a incorporação, cisão, fusão, incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como a transformação do tipo societário da Companhia; (xii) a liquidação, dissolução, cessação voluntária das atividades comerciais, falência ou recuperação judicial da Companhia; (xiii) a eleição e destituição de liquidante ou do Conselho Fiscal durante o período de liquidação Companhia; e (xiv) a eleição do Presidente do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15 - A Companhia terá um Conselho de Administração composto por 6 (seis) membros, sendo um deles o Presidente do Conselho de Administração, todos eleitos em assembleia geral por um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, de acordo com os termos deste Estatuto Social.

Parágrafo Único - Em caso de renúncia, falecimento, aposentadoria, destituição ou invalidez permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, incluindo o Presidente, deverá ser convocada uma assembleia geral para a eleição do substituto. O substituto ficará no cargo pelo prazo remanescente de mandato do membro que foi substituído.

Artigo 16 - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas sempre que necessário e ao menos uma vez por trimestre civil, sendo convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, sempre que o Presidente considerar necessário, ou a pedido de 3 (três) membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Todas as reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por aviso com pelo menos: (i) 30 (trinta) dias úteis de antecedência para reuniões periódicas e, (ii) 10 (dez) dias úteis de antecedência para reuniões ad hoc e (iii) 3 (três) dias úteis de antecedência para reuniões ad hoc nas quais 3 (três) membros ou o Presidente justificadamente considerem que o(s) assunto(s) a ser(em) discutido(s) possui/possuem natureza comercial urgente. O aviso deverá conter o horário, dia, local e a pauta da reunião, anexando-se cópias, quando possível, de documentos e propostas a serem consideradas ou discutidas. O aviso de reunião do Conselho de Administração será considerado devidamente dado a um determinado membro do Conselho de Administração se enviado por escrito ou por meios eletrônicos, em qualquer caso ao seu último endereço conhecido ou a qualquer outro endereço informado por ele à Companhia.

Parágrafo Segundo - Será dispensada a convocação caso todos os membros do Conselho de Administração estejam presentes na reunião. Um membro do Conselho de Administração ou um de seus comitês poderá dispensar a exigência de aviso tanto para situações futuras quanto retrospectivamente.

Parágrafo Terceiro – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros, incluindo-se nessa contagem os membros devidamente representados por procuração, de acordo com o Parágrafo

Quinto abaixo.

Parágrafo Quarto - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou em outro lugar acordado pelo Conselho de Administração, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por teleconferência, sendo tal participação considerada presença física na reunião, desde que pelo menos 2 (dois) membros compareçam pessoalmente.

Parágrafo Quinto – Qualquer membro do Conselho de Administração poderá nomear outro membro do Conselho, que assim o aceite, sem a necessidade de aprovação dos demais membros do Conselho de Administração, para participar das reuniões e nelas votar como procurador do membro que o nomeou, desde que esse formalize seu voto, por escrito, imediatamente após a reunião em que o voto foi proferido por seu procurador, sendo tal voto registrado no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto - As reuniões do Conselho de Administração serão registradas em ata lavrada no respectivo livro societário. Os membros do Conselho de Administração que participaram de uma reunião do Conselho na forma prevista no Parágrafo Quarto acima devem assinar a respectiva ata e enviá-la para a Companhia como cópia digital ou por fac-símile, comprometendo-se a assinar a cópia original registrada no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração na primeira ocasião em que estiverem presentes na sede da Companhia.

Artigo 17 - As matérias descritas abaixo, bem como aquelas previstas em lei e neste Estatuto Social, são de competência do Conselho de Administração, que as aprovará sempre por voto afirmativo de pelo menos 5 (cinco) membros, para as matérias listadas nos itens (i) a (xxii) abaixo, ou pelo menos 4 (quatro) membros, para quaisquer outras matérias a ele submetidas para aprovação, incluindo aquelas listadas nos itens (xxiii) a (xxx) abaixo: (i) propor às acionistas, após considerar as propostas do Diretor Presidente e após consulta ao Presidente do Conselho de Administração, a estratégia global e as prioridades estratégicas para a Companhia; (ii) determinar as orientações gerais dos negócios da Companhia; (iii) alterar qualquer uma das políticas principais da Companhia, adotar quaisquer outras políticas, procedimentos ou normas e alterar tais outras políticas, procedimentos ou normas (incluindo políticas de empréstimos e de dividendos); (iv) eleger, destituir e encerrar a relação de trabalho de, ou demover do cargo, qualquer membro da Diretoria; (v) alocar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e estabelecer a remuneração e os benefícios dos membros da Diretoria (inclusive o

critério de desempenho a eles relacionado); (vi) alterar políticas relativas aos poderes e competências dos membros da Diretoria e sua alta administração ou relativas à estrutura de organização interna da Companhia; (vii) aprovar atualizações anuais, ou aditamentos, de planos de negócios da Companhia; (viii) adotar, ou aditar, orçamentos anuais ou de outros tipos propostos pela Diretoria; (ix) rescindir ou realizar alterações substanciais em planos ou acordos de pensão já existentes ou outros benefícios empregatícios ou pós-emprego para qualquer empregado ou diretor da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias; (x) aprovar a instauração ou transação de qualquer litígio, arbitragem ou controvérsia em relação a outra pessoa envolvendo um montante em controvérsia superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) ou qualquer valor quando houver possibilidade justificada de a reputação da Companhia ser colocada em risco, inclusive no caso de uma acionista ser parte desse litígio, arbitragem ou controvérsia, ou no caso de, independentemente do valor, qualquer termo de ajustamento de conduta ("TAC"), assim também entendido qualquer documento de transação, judicial ou extrajudicial, com as respectivas autoridades públicas competentes que tenham a mesma natureza e finalidade de um TAC; (xi) aprovar a oneração, venda, cessão, transferência, transmissão, arrendamento, anulação ou, de outra forma, alienação de qualquer propriedade ou bem da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias fora do curso normal dos negócios (incluindo qualquer decisão relacionada a fusão, incorporação ou combinação semelhante envolvendo a Companhia), através de uma única operação ou uma série de operações relacionadas, em que o valor justo de mercado agregado ou o preço dos imóveis ou bens seja superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (xii) aprovar a aquisição, direta ou indireta, de qualquer negócio ou empresa, ou participação societária neles, seja por meio de fusão, compra, aquisição de ativos ou de capital social ou, de outra forma, através de uma única operação ou uma série de operações relacionadas, ou celebrar qualquer parceria ou joint venture envolvendo a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, inclusive participação em acordos de acionistas e qualquer aditamento a acordos de acionistas dos quais a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias seja parte envolvendo um valor ou preço de compra maior do que (a) R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), quando contemplados em um orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, e (b) R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) quando não contemplados em um orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, sendo, em cada caso, o montante de qualquer despesa atualizado para que o cálculo considere toda e qualquer obrigação assumida em relação ao negócio realizado; (xiii) exceto conforme possa ser exigido em situação de emergência para proteção da vida ou de propriedades, aprovar a realização de um dispêndio de capital único da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias caso tal dispêndio seja em valor, individual ou agregado, (em qualquer ano civil) superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), sendo o valor de tal dispêndio corrigido para fins

de cálculo para levar em consideração todos e quaisquer passivos assumidos associados a tal dispêndio; (xiv) submeter qualquer material à Assembleia Geral, incluindo submissão de proposta (a) à Assembleia Geral Ordinária de destinação do lucro líquido do final do exercício, e sobre o pagamento de dividendos anuais ou de juros sobre o capital próprio, (b) a qualquer Assembleia Geral de aprovação dos balanços patrimoniais semestrais ou mensais para pagamento dos dividendos intermediários ou dos juros sobre o capital próprio baseados nesses balanços patrimoniais, em cada caso observadas as outras disposições aplicáveis deste Estatuto Social, ou (c) a qualquer Assembleia Geral de aprovação das contas dos administradores ou das demonstrações financeiras; (xv) aprovar a assinatura e entrega de qualquer contrato, documento, instrumento ou outro compromisso pela Companhia ou quaisquer de suas subsidiárias fora do curso normal dos negócios e que estabeleça o pagamento de, ou cumprimento em relação a, qualquer valor individual ou agregado (em qualquer ano civil) superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (xvi) aprovar a celebração, rescisão, aditamento ou vetar a renovação automática de qualquer contrato entre a Companhia ou quaisquer de suas subsidiárias e qualquer parte relacionada a uma acionista da Companhia; (xvii) modificar e/ou aprovar as políticas contábeis básicas e as práticas de divulgação de informações da Companhia, inclusive a destituição ou substituição de auditores; (xviii) aprovar a constituição de qualquer gravame sobre ou a emissão de quaisquer valores mobiliários ou quaisquer opções relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia ou ações, ou instrumentos conversíveis em, ou permutáveis por quaisquer ações da Companhia ou de suas subsidiárias, a não ser que (a) seja dada a cada acionista a oportunidade razoável de participar de qualquer uma de suas operações em base pro rata e (b) tal operação esteja sendo efetuada em uma base que avalie essa sociedade tomando como base o valor de mercado; (xix) aprovar a celebração de contratos relativos a mercadorias e serviços no curso normal dos negócios quando tais contratos forem de valor superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), exceto contratos de compra, venda, transporte e armazenamento de cana-de-açúcar, açúcar, etanol e outros produtos combustíveis e insumos inerentes à consecução do objeto social da Companhia, bem como contratos de arrendamento e de parceria agrícolas, cuja aprovação do Conselho de Administração não seja exigida por outras disposições deste Estatuto; (xx) aprovar limites ou concessões de crédito a qualquer cliente em um valor acima de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (xxi) tomar qualquer decisão que envolva uma acionista (ou uma afiliada de uma acionista) na qualidade de contraparte em qualquer contrato, documento, instrumento, compromisso, aquisição, litígio, arbitragem ou disputa a que a decisão se refere; (xxii) aprovar a celebração de qualquer contrato ou compromisso para realizar quaisquer dos atos listados nos itens (i) a (xxi); (xxiii) demitir e encerrar a relação de trabalho de, ou destituir, qualquer executivo que se reporte diretamente ao Diretor Presidente, que não seja membro da Diretoria; (xxiv) estabelecer a remuneração e os benefícios (incluindo qualquer critério de desempenho a eles relacionado) de qualquer executivo que se reporte

diretamente ao Diretor Presidente, que não seja membro da Diretoria; (xxv) aprovar a aquisição, direta ou indireta, de qualquer negócio ou empresa, ou participação societária neles, seja por meio de fusão, compra, aquisição de ativos ou de capital social ou, de outra forma, através de uma única operação ou uma série de operações relacionadas, ou celebrar qualquer parceria ou joint venture envolvendo a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, inclusive participação em acordos de acionistas e qualquer aditamento a acordos de acionistas dos quais a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias seja parte envolvendo um valor ou preço de compra superior a (a) R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), mas menor do que R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), quando contemplados em um orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, e (b) R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) quando não contemplados em um orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, sendo, em cada caso, o montante de qualquer despesa atualizado para que o cálculo considere toda e quaisquer obrigações assumidas em relação ao negócio realizado; (xxvi) exceto conforme possa ser exigido em situação de emergência para proteção da vida ou de propriedades, efetuar qualquer dispêndio operacional da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias caso tal dispêndio seja em valor, individual ou agregado, superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo o valor de tal dispêndio corrigido para fins de cálculo para levar em consideração todos e quaisquer passivos assumidos associados a tal dispêndio; (xxvii) aprovar qualquer aditamento, modificação, renúncia de direito, exercício de direitos ou medidas legais, declaração de inadimplência, decisão de inadimplemento, término ou rescisão de quaisquer contratos, documentos, instrumentos ou outro compromisso da Companhia ou qualquer de suas subsidiárias que sejam relevantes, quando o pagamento ou cumprimento de obrigações nos termos de tal contrato, acordo, documento, instrumento ou outro compromisso, ou possíveis responsabilidades, represente, no exercício social, valor superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (xxviii) tomar qualquer decisão de incorrer em endividamento por empréstimo (ou garantir o pagamento ou cumprimento de obrigações de qualquer outra pessoa, com exceção de suas subsidiárias e controladas, bem como da empresa Raízen Combustíveis S.A. e respectivas subsidiárias e controladas), por meio de uma única operação ou de uma série de operações relacionadas, incluindo, sem limitação, o acordo, a concessão, o alargamento ou a reorganização de qualquer financiamento para a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ou para outras atividades ou qualquer refinanciamento ou financiamento adicional a eles relacionados, quando tal dívida for em um montante superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (xxix) tomar qualquer decisão para a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias pré-pagar qualquer dívida em um montante superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), exceto pré-pagamentos obrigatórios previstos nos termos de qualquer financiamento, através de uma única operação ou de uma série de operações relacionadas; (xxx) tomar qualquer decisão no sentido de ter como

membro da Diretoria uma pessoa indicada por uma acionista e não um empregado da Companhia; (xxxi) tomar qualquer decisão que seja relevante para as operações ou perspectivas da Companhia cuja exigência de aprovação por 5 (cinco) dos 6 (seis) membros do Conselho de Administração ou da Diretoria não tenha sido de outro modo especificada; e (xxxii) aprovar a celebração de qualquer contrato ou compromisso para fazer qualquer um dos atos listados nos itens (xxiii) a (xxxi).

Parágrafo Único – Sem prejudicar o disposto no caput deste Artigo 17, o Conselho de Administração, como órgão colegiado, é responsável pela supervisão geral dos negócios da Companhia, inclusive por: (i) supervisionar todas as atividades dos membros da Diretoria e examinar, a qualquer momento, os livros, documentos e registros da Companhia; (ii) solicitar informações sobre quaisquer acordos que a Companhia está prestes a celebrar, sobre quaisquer outros atos que a Companhia está prestes a realizar; (iii) examinar o relatório da administração da Companhia, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, e submeter o relatório da administração à Assembleia Geral; (iv) aprovar e recomendar às acionistas a estratégia global e as prioridades estratégicas da Companhia; (v) supervisionar e aprovar todas as políticas relacionadas às competências e aos poderes dos membros da Diretoria e sua alta administração ou à estrutura organizacional interna da Companhia; (vi) aprovar o orçamento financeiro da Companhia; (vii) garantir que a Companhia mantenha padrões de responsabilidade social corporativa; (viii) aprovar as políticas e procedimentos operacionais para facilitar a execução das principais políticas da Companhia, supervisionando o cumprimento, pela Companhia, de suas políticas principais, e acompanhar tal desempenho face aos objetivos e planos da Companhia; e (ix) fiscalizar a produção e implementação de planos de solução em matéria de desenvolvimento sustentável, saúde, segurança e meio ambiente.

Artigo 18 - O Conselho de Administração deve criar e nomear os membros das comissões necessárias para aconselhamento em matérias que são relevantes para a Companhia, bem como quaisquer outras comissões cuja instalação possa ser solicitada por meio de aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA

Artigo 19 - A Diretoria, cujos membros deverão residir na República Federativa do Brasil, será eleita pelo Conselho de Administração e será composta por pelo menos 4 (quatro), mas não mais

do que 8 (oito) membros, que deverão incluir sempre os seguintes membros votantes: o diretor presidente (“Diretor Presidente”), o diretor financeiro e de relações com investidores (“Diretor Financeiro e de Relações com Investidores”), o diretor de operações (“Diretor de Operações”) e o diretor executivo (“Diretor Executivo”) da Companhia e tantos membros adicionais quanto seja estabelecido pelo Conselho de Administração; observado que, cada membro da Diretoria deve ser um executivo ou formalmente indicado para a Companhia por uma das suas acionistas (nesse último caso, sujeito à aprovação de 4 (quatro) dos 6 (seis) membros da atuação do Conselho de Administração).

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria (que não o Diretor Presidente) terão prazo de mandato de até 3 (três) anos, e o Diretor Presidente terá prazo de mandato de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição em ambos os casos.

Parágrafo Segundo – Durante o período de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor da Companhia, as funções a ele atribuídas serão desempenhadas temporariamente por outro Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância de qualquer cargo de Diretor, será imediatamente convocada uma reunião do Conselho de Administração para eleição do seu substituto.

Artigo 20 - A Diretoria deverá se reunir pelo menos uma vez por mês e sempre que solicitado pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Primeiro – As reuniões serão realizadas na sede da Companhia ou de qualquer outra forma acordada pela Diretoria. Qualquer membro da Diretoria poderá participar de qualquer reunião via teleconferência, a menos que o Diretor Presidente notifique os demais membros que essa reunião deve ser realizada com a presença física de todos os membros.

Parágrafo Segundo – As reuniões da Diretoria serão registradas em ata lavrada no respectivo livro societário. Os membros da Diretoria que participarem de uma reunião por teleconferência devem assinar a respectiva ata e enviá-la à Companhia como cópia digital ou por fac-símile, comprometendo-se a assinar a cópia original registrada no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria na primeira ocasião em que estiverem presentes na sede da Companhia.

Artigo 21 - A Diretoria e cada um de seus membros terão as responsabilidades e competências

que lhes são atribuídas pela LSA, por este Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas e pelo Conselho de Administração, com a finalidade de assegurar o funcionamento regular da Companhia e cumprir as decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – O Diretor Presidente será responsável pelas seguintes matérias, observado que, na celebração de quaisquer documentos relacionados a tais assuntos, será exigida a assinatura do Diretor Presidente e de um dos demais membros da Diretoria: (i) elaborar, após consulta ao Presidente do Conselho, e propor ao Conselho de Administração a estratégia global e as prioridades estratégicas para a Companhia; (ii) elaborar para submissão ao Conselho de Administração (a) os orçamentos anuais ou de outros tipos da Companhia, e quaisquer alterações a eles, (b) as informações da administração, as contas e as demonstrações financeiras da Companhia (sujeito a aprovação final pela Assembleia Geral) e (c) o relatório da administração; (iii) assinar, aplicar e implementar planos de negócios adotados pela Companhia, suas políticas principais e outros procedimentos, políticas e normas da Companhia que possam ser adotados de tempos em tempos pelo Conselho de Administração, bem como assinar, aplicar e implementar políticas da Companhia relacionadas a dividendos, investimentos, riscos, recursos humanos, tesouraria, endividamento e aquisição de bens ou serviços relevantes às operações e propor ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer novos procedimentos, políticas e normas da Companhia ou alterações dos atuais procedimentos, políticas e normas; (iv) definir e implementar modelos, sistemas e processos operacionais, estrutura organizacional, planejamento de implementação estratégia da Companhia; (v) analisar e implementar planos de negócios da Companhia e cumprir o desempenho financeiro da Companhia; (vi) aderir a, e fazer cumprir, este Estatuto Social, as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e as aprovadas em Assembleia Geral; (vii) estabelecer a remuneração e os benefícios (incluindo qualquer critério de desempenho a eles relacionado) de qualquer empregado ou outro pessoal da Companhia, que não seja um alto executivo ou membro da Diretoria; (viii) assinar qualquer contrato, documento, instrumento ou outro compromisso pela Companhia ou quaisquer de suas subsidiárias fora do curso normal dos negócios, e que não esteja de outra forma no escopo deste Artigo 21, que disponha sobre o pagamento ou cumprimento em relação a qualquer valor individual ou agregado (em qualquer ano civil) igual ou inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (ix) realizar qualquer aditamento, modificação, renúncia de direito, exercício de direitos ou medidas legais, declaração de inadimplência, decisão de inadimplemento, término ou rescisão de quaisquer contratos, documentos, instrumentos ou outro compromisso da Companhia

ou qualquer de suas subsidiárias que sejam relevantes, quando o pagamento ou cumprimento de obrigações nos termos de tal contrato, acordo, documento, instrumento ou outro compromisso, ou possíveis responsabilidades, envolva, no exercício social, um valor igual ou inferior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (x) tomar qualquer decisão no sentido de recomendar uma matéria para aprovação ao Conselho de Administração; (xi) instaurar ou transacionar qualquer litígio, arbitragem ou controvérsia em relação a outra pessoa, envolvendo um montante em controvérsia igual ou inferior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), observado que esta disposição não será aplicável no caso de uma acionista ser parte desse litígio, arbitragem ou controvérsia; (xii) onerar, vender, ceder, transferir, transmitir, arrendar, anular ou, de outra forma, alienar qualquer propriedade ou bem da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias fora do curso normal dos negócios (incluindo qualquer decisão relacionada a fusão, incorporação ou combinação semelhante envolvendo a Companhia), através de uma única operação ou uma série de operações relacionadas, em que o valor justo de mercado agregado ou o preço dos imóveis ou bens seja igual ou inferior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (xiii) direta ou indiretamente, adquirir qualquer negócio ou empresa, ou participação societária neles, seja por meio de fusão, compra, aquisição de ativos ou de capital social ou, de outra forma, através de uma única operação ou uma série de operações relacionadas, ou celebrar qualquer parceria ou joint venture envolvendo a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, inclusive participação em acordos de acionistas e qualquer aditamento a acordos de acionistas dos quais a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias seja parte envolvendo um valor ou preço de compra igual ou inferior a (a) R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), quando contemplados em um orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, e (b) R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) quando não contemplados em um orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, sendo, em cada caso, o montante de qualquer despesa atualizado para que o cálculo considere toda e qualquer obrigação assumida em relação ao negócio realizado; (xiv) exceto conforme possa ser exigido em situação de emergência para proteção da vida ou de propriedades ou conforme previsto em orçamento de capital vigente, efetuar um dispêndio de capital único da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias caso tal dispêndio seja em valor, individual ou agregado, (em qualquer ano civil) superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) (contanto que tal dispêndio de capital esteja contemplado no orçamento de capital vigente), sendo o

valor de tal dispêndio corrigido para fins de cálculo para levar em consideração todos e quaisquer passivos assumidos associados a tal dispêndio; (xv) exceto conforme possa ser exigido em situação de emergência para proteção da vida ou de propriedades, efetuar um dispêndio único operacional da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias caso tal dispêndio seja em valor, individual ou agregado, igual ou inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo o valor de tal dispêndio corrigido para fins de cálculo para levar em consideração todos e quaisquer passivos assumidos associados a tal dispêndio; (xvi) tomar qualquer decisão de incorrer em endividamento por empréstimo (ou garantir o pagamento ou cumprimento das obrigações de qualquer outra pessoa, com exceção de suas subsidiárias e controladas, bem como da empresa Raízen Combustíveis S.A. e respectivas subsidiárias e controladas), por meio de uma única operação ou de uma série de transações relacionadas, incluindo, sem limitação, o acordo, a concessão, o alargamento ou a reorganização de qualquer financiamento para a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ou para outras atividades ou qualquer refinanciamento ou financiamento adicional a eles relacionados, quando tal dívida for em um montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), desde que previamente aprovado em Ata de Reunião da Diretoria; (xvii) tomar qualquer decisão para a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias pré-pagar qualquer dívida em um montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), exceto pré-pagamentos obrigatórios previstos nos termos de qualquer financiamento, através de uma única operação ou de uma série de operações relacionadas, desde que previamente aprovado em Ata de Reunião da Diretoria; (xviii) propor a demissão ou o encerramento da relação de trabalho ou destituição de qualquer membro da Diretoria, que não ele próprio; (xix) aprovar a celebração de contratos relativos a mercadorias e serviços no curso normal dos negócios quando tal contrato envolver valor igual ou inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), exceto contratos de compra, venda, transporte e armazenamento de cana-de-açúcar, açúcar, etanol e outros produtos combustíveis e insumos inerentes à consecução do objeto social da Companhia, bem como contratos de arrendamento e de parceria agrícolas, cuja aprovação do Conselho de Administração ou da Diretoria não seja exigida por outras disposições deste Estatuto; (xx) aprovar limites ou concessões de crédito a qualquer cliente em um valor igual ou inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (xxi) alterar a estrutura organizacional interna da Companhia em relação aos empregados da Companhia que se reportem diretamente

a qualquer membro da Diretoria que não o Diretor Presidente ou a qualquer alto executivo que se reporte diretamente ao Diretor Presidente; e (xxii) celebrar qualquer contrato ou compromisso em relação a qualquer matéria acima.

Parágrafo Segundo – O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores terá dentre as suas atribuições, além de outras responsabilidades e competências que venham a ser atribuídas em conformidade com o caput deste Artigo 21: (i) a administração financeira da Companhia, de acordo com os termos deste Estatuto Social; (ii) a organização, gestão, reunião, avaliação e supervisão das atividades e áreas financeiras da Companhia; (iii) as atribuições conferidas ao Diretor de Relações com Investidores pela legislação em vigor, dentre as quais a prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e, caso a Companhia tenha registro em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, à essas entidades, e a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia atualizado; e (iv) a representação da Companhia perante qualquer entidade institucional ou órgão regulador ou atuante no mercado de valores mobiliários nacional e/ou internacional.

Parágrafo Terceiro – Um único membro da Diretoria que não o Diretor Presidente, bem como qualquer alto executivo da Companhia que se reporte diretamente ao Diretor Presidente, está autorizado a praticar os seguintes atos, observado que, na assinatura de quaisquer documentos em relação a tais atos, cada documento exigirá a assinatura de 2 (dois) indivíduos que sejam membros da Diretoria ou altos executivos que se reportem diretamente ao Diretor Presidente: (i) realizar qualquer aditamento, modificação, renúncia de direito, exercício de direitos ou medidas legais, declaração de inadimplência, decisão de inadimplemento, término ou rescisão de quaisquer contratos, documentos, instrumentos ou outro compromisso da Companhia ou qualquer de suas subsidiárias que sejam relevantes, quando o pagamento ou cumprimento de obrigações nos termos de tal contrato, acordo, documento, instrumento ou outro compromisso, ou possíveis responsabilidade envolva, no exercício social, valor igual ou inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (ii) onerar, vender, ceder, transferir, transmitir, arrendar, anular ou, de outra forma, alienar qualquer propriedade ou bem da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias fora do curso normal dos negócios (incluindo qualquer decisão relacionada a fusão, incorporação ou combinação semelhante envolvendo a Companhia), através de uma única operação ou uma série de operações relacionadas, em que o valor justo de mercado agregado ou o preço dos imóveis ou bens seja igual ou inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)

(ou seu equivalente em outras moedas); (iii) instaurar ou transacionar qualquer litígio, arbitragem ou controvérsia em relação a outra pessoa, envolvendo um montante em controvérsia igual ou inferior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), observado que esta disposição não será aplicável no caso de uma acionista ser parte desse litígio, arbitragem ou controvérsia; (iv) direta ou indiretamente, adquirir qualquer negócio ou empresa, ou participação societária neles, seja por meio de fusão, compra, aquisição de ativos ou de capital social ou, de outra forma, através de uma única operação ou uma série de operações relacionadas, ou celebrar qualquer parceria ou joint venture envolvendo a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, inclusive participação em acordos de acionistas e qualquer aditamento a acordos de acionistas dos quais a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias seja parte envolvendo um valor ou preço de compra igual ou inferior a (a) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas, quando contemplados em um orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, e (b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) quando não contemplados em um orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, sendo, em cada caso, o montante de qualquer despesa atualizado para que o cálculo considere toda e qualquer obrigação assumida em relação ao negócio realizado; (v) aprovar a celebração de contratos relativos a mercadorias e serviços no curso normal dos negócios quando tal contrato envolver um valor igual ou inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (vi) aprovar limites ou concessões de crédito a qualquer cliente em um valor igual ou inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas); (vii) alterar a estrutura organizacional interna da Companhia em relação aos empregados da Companhia que estejam em um nível abaixo dos empregados que se reportam diretamente a qualquer membro da Diretoria que não o Diretor Presidente ou a qualquer alto executivo que se reporte diretamente ao Diretor Presidente; (viii) assinar e entregar qualquer contrato, documento, instrumento ou outro compromisso pela Companhia ou quaisquer de suas subsidiárias fora do curso normal dos negócios, e que não esteja de outra forma no escopo deste Estatuto Social, que disponha sobre o pagamento ou cumprimento em relação a qualquer valor individual ou agregado (em qualquer ano civil) igual ou inferior a (a) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) quando previsto em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, e (b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) quando não previsto em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração; e (ix) celebrar qualquer contrato ou compromisso em relação a qualquer matéria acima.

Parágrafo Quarto - A Companhia também poderá ser representada em todos os atos por procuradores, cuja nomeação para praticar atos em nome da Companhia dependerá sempre da outorga de poderes por meio de instrumento devidamente assinado por 2 (dois) membros da Diretoria, para os atos relacionados no Parágrafo Segundo acima, ou pelo Diretor Presidente em conjunto com outro membro da Diretoria, para os atos relacionados no Parágrafo Primeiro acima, e desde que tal instrumento tenha prazo determinado de duração, exceto para casos de procurações ad judicium.

Parágrafo Quinto - Em nenhuma hipótese uma decisão poderá ser tomada por membros da Diretoria ou qualquer alto executivo que se reporte diretamente ao Presidente Diretor em relação aos atos referidos neste Artigo 21 quando uma acionista (ou uma afiliada de uma acionista) for a contraparte de qualquer contrato, documento, instrumento, compromisso, aquisição, litígio, arbitragem ou disputa a que a decisão se referir.

Artigo 22 - O Diretor Presidente poderá ser destituído, com ou sem justa causa, antes do final de seu mandato, pelo voto favorável de 5 (cinco) dos 6 (seis) membros do Conselho de Administração. Qualquer outro membro da Diretoria poderá ser destituído, com ou sem justa causa, conforme proposto pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração, em qualquer caso, mediante voto favorável de 5 (cinco) dos 6 (seis) membros do Conselho de Administração.

CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL

Artigo 23 - O Conselho Fiscal da Companhia terá caráter não permanente. Quando instalado, por decisão da assembleia geral por solicitação de qualquer acionista, conforme aplicável nos casos previstos pela LSA, o Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes previstos em lei.

Artigo 24 - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros permanentes e igual número de suplentes, que podem ou não ser acionistas, eleitos pela assembleia geral.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES SOBRE INDENIZAÇÃO E ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Artigo 25 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não serão

responsáveis perante a Companhia, suas acionistas ou terceiros por danos materiais causados em relação ao exercício de suas funções em seus cargos como membros desses órgãos, no limite permitido pela lei aplicável.

Parágrafo Primeiro – Cada pessoa (e herdeiros, testamentários ou administradores de tal pessoa), que foi ou é parte ou está na iminência de se tornar parte de, ou está envolvida em qualquer ação, demanda ou processo iminente, seja civil, criminal, administrativo ou investigativo, em razão do fato de essa pessoa ser ou ter sido membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia e servir ou ter servido a pedido da Companhia como conselheiro ou diretor de outra sociedade, parceria, joint venture, trust ou outra empresa deverá ser indenizada e mantida indene de responsabilidade pela Companhia, no limite permitido pela lei aplicável. O direito à indenização conferido neste Artigo 25 deverá incluir também o pagamento pela Companhia das despesas incorridas em relação a qualquer procedimento prévio à sua disposição final no limite autorizado pela legislação aplicável. O direito à indenização atribuído no presente Artigo 25 será um direito contratual.

Parágrafo Segundo – Os direitos e prerrogativas conferidos neste Artigo 25 não excluem outros direitos que qualquer pessoa possa de outro modo ter ou vir a adquirir.

Parágrafo Terceiro – A alteração ou revogação do presente Artigo 25, ou, no limite do permitido pela lei aplicável, qualquer alteração de lei não prejudicará qualquer direito ou proteção de qualquer pessoa concedido por força do presente existentes no, ou decorrentes do, ou relacionados a qualquer evento, ato ou omissão que ocorreu antes do momento da alteração, revogação, aprovação ou modificação (independentemente do momento em que um processo (ou parte dele) relativo a esse evento, ato ou omissão surgir ou der o primeiro sinal de surgimento, início ou conclusão).

Artigo 26 - A Companhia deve adquirir e manter por seu próprio custo seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores em favor dos atuais e antigos membros do Conselho de Administração e da Diretoria nos termos e condições usuais do setor em que a Companhia atua.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DISTRIBUIÇÕES E RESERVAS

Artigo 27 - O exercício social da Companhia terá início em 1º de abril e terminará em 31 de março de cada ano. Ao final de cada exercício social, as demonstrações financeiras serão elaboradas no

encerramento do exercício social, e serão apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, de acordo com as disposições legais aplicáveis e este Estatuto Social.

Artigo 28 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social, a Diretoria deverá submeter ao Conselho de Administração, e tal órgão deverá deliberar e submeter à Assembleia Geral, uma proposta para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social, calculado após as deduções e ajustes previstos na LSA, observada a seguinte ordem de destinação, salvo decisão em contrário das Acionistas, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável:

(i) primeiro, 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até atingir o menor valor dentre (x) 20% (vinte por cento) do capital social ou (y) 30% (trinta por cento) do capital social acrescido de contribuições que ultrapassam a importância destinada à formação do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, exceder o menor dentre os valores de (x) e (y), não será obrigatória a alocação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) segundo, o valor necessário para o pagamento de dividendos fixos das ações preferenciais Classe B, que será variável e calculado de acordo com as regras previstas pelo Anexo I a este Estatuto Social, e, caso nenhum pagamento seja devido por força dessas regras, o pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais Classe B, no valor de R\$0,01 (um centavo) por ação;

(iii) terceiro, o valor necessário para o pagamento de dividendos fixos das ações preferenciais Classe D, que será variável e calculado de acordo com as regras previstas pelo Anexo I a este Estatuto Social;

(iv) quarto, o valor necessário para o pagamento, dos dividendos fixos das ações preferenciais Classe A, no valor de R\$0,01 (um centavo) por ação, conforme estabelecido no Parágrafo 5º do Artigo 5º deste Estatuto Social;

(v) quinto, o valor necessário para o pagamento dos dividendos obrigatórios às ações ordinárias, que não pode ser inferior, em cada exercício social, a 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado, conforme estabelecido no Artigo 202 da LSA;

(vi) sexto, até 80% (oitenta por cento) do lucro líquido para a constituição de uma reserva estatutária para operações e novos investimentos/projetos ("Reserva

Estatutária"), que não poderá exceder o percentual de 80% (oitenta por cento) do capital social, observado que o valor a ser destinado a cada exercício para essa reserva deve ser aprovado pelos titulares de 80% (oitenta por cento) do capital social votante da Companhia; e

(vii) sétimo, o pagamento do valor restante a título de dividendos complementares às ações ordinárias, ou na forma de qualquer outra distribuição que possa ser determinada em assembleia geral.

Parágrafo Único - Por decisão do Conselho de Administração, os dividendos pagos anualmente ou de forma intermediária (e nesse caso, tal como previsto neste Artigo 28), poderão ser pagos como juros sobre o capital próprio.

Artigo 29 - Os dividendos atribuídos às acionistas não poderão ser pagos após o período máximo estabelecido por lei.

Artigo 30 - Nos termos do Artigo 204 da LSA, a Companhia poderá elaborar balanços semestrais ou mensais, e, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar dividendos intermediários à conta do lucro registrado nesses balanços, a serem deduzidos do lucro total a ser distribuído no final do respectivo exercício social, observados os limites previstos em lei.

Parágrafo Primeiro – Além disso, com base em proposta apresentada ao Conselho de Administração, as Acionistas poderão decidir sobre a declaração de dividendos, incluindo dividendos intermediários, com base em lucros acumulados ou valores registrados em Reserva Estatutária na data do último balanço anual elaborado.

Parágrafo Segundo – Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio distribuídos às acionistas deverão ser sempre creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório previsto no item (vi) do Artigo 28 acima.

CAPÍTULO X – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 31 - A Companhia não pode dissolver-se ou entrar em liquidação, salvo nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger, além do(s) liquidante(s), os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO XI – ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 32 - A Companhia e seus administradores deverão respeitar e cumprir o Acordo de Acionistas celebrado pelos acionistas da Companhia em 30 de novembro de 2012. O Presidente da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração, conforme o caso, não computará o voto de acionista ou de membro do Conselho de Administração, conforme o caso, que esteja em desacordo com os termos do Acordo de Acionistas.

CAPÍTULO XII – ARBITRAGEM

Artigo 33 - Todos os direitos e obrigações das acionistas entre elas e perante a Companhia decorrentes da condição delas de acionistas da Companhia, ou da Companhia em relação a elas, serão regidos pelas leis da República Federativa do Brasil. Quaisquer controvérsias (“Controvérsias”) oriundas de, ou relacionadas a, este Estatuto Social serão submetidas à resolução final por arbitragem nos termos das regras de arbitragem da ICC (“Regras”), as quais serão consideradas incorporadas por referência a este Artigo 33.

Artigo 34 - O tribunal será composto por 3 (três) árbitros, 2 (dois) dos quais serão nomeados pelas respectivas partes e o terceiro, que atuará como presidente, deverá ter nacionalidade de um Estado Membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (exceto dos Estados Unidos da América, da Inglaterra e da Holanda) e nomeado em conjunto pelos 2 (dois) outros árbitros (mas na falta de um acordo no prazo de 30 (trinta) dias após a nomeação do segundo árbitro, o terceiro árbitro será nomeado pelo ICC). A sede da arbitragem será em São Paulo, Brasil, e o idioma da arbitragem será o inglês.

Artigo 35 - As partes concordam que o tribunal arbitral poderá emitir medidas de caráter provisional da mesma forma que pode emitir o laudo final.

Artigo 36 - Sem prejuízo dos poderes conferidos aos árbitros pelas Regras, leis ou outros instrumentos, o árbitro poderá, a qualquer tempo, com base em provas escritas e nas alegações apenas das partes, emitir um laudo arbitral em favor do requerente (ou do requerido se for uma reconvenção) em relação a quaisquer alegações (ou reconvenções), contra o qual não haja argumentos razoáveis de defesa, seja no todo ou quanto ao montante de quaisquer danos ou quaisquer outras quantias a serem concedidas.

Artigo 37 - As acionistas renunciam a todos os direitos e recursos judiciais, no limite permitido por lei para validamente renunciar a tais direitos.

CAPÍTULO XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 38 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela assembleia geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

ANEXO I

MODELO DE CÁLCULO DAS DISTRIBUIÇÕES E RESGATE DAS AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE B E DAS AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE D

Para efeitos do presente Anexo as seguintes definições serão aplicáveis:

“**Ágio**” significa qualquer “ágio na aquisição de investimentos” na contribuição de um acionista ou contabilizado por uma acionista em ou antes de 30 de junho de 2010 para efeitos de Imposto sobre a Renda e cujo valor será determinado imediatamente na data da adoção deste Estatuto Social, como se o Período de Apuração do Imposto sobre a Renda terminasse em tal data (ou, no caso de tal ágio ainda não estar sujeito a amortização para efeitos de Imposto sobre a Renda em tal data, na data em que o ágio se tornar objeto de amortização para efeitos de Imposto sobre a Renda, por meio de uma fusão ou outra operação).

“**Ágio de Prejuízo Fiscal**” significa qualquer Prejuízo Fiscal de uma sociedade gerado após a data de aprovação deste Estatuto Social, na medida em que tal Prejuízo Fiscal foi atribuído à amortização do ágio.

“**Autoridade Governamental**” significa qualquer governo internacional, nacional ou supranacional, qualquer estado, província ou qualquer outra subdivisão política ou local de tal lugar, qualquer sociedade, autoridade ou órgão com funções executivas, legislativas, judiciárias, regulatórias ou administrativas (incluindo funções relacionadas à auditoria, instituição, avaliação, gestão e cobrança de impostos) do, ou pertencentes ao, governo, incluindo qualquer autoridade governamental, agência, departamento, conselho, comissão ou instrumentalidade de qualquer nação ou jurisdição, ou qualquer subdivisão política dessas ou qualquer tribunal.

“**Base Tributável do Imposto sobre a Renda**” significa, para qualquer sociedade em qualquer Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, para os fins do IRPJ, seu lucro real para o Período de Apuração do Imposto sobre a Renda e, para os fins da CSLL, a base de cálculo da CSLL para esse Período de Apuração do Imposto sobre a Renda.

“**Benefício Fiscal**” significa o benefício obtido pela Companhia em razão da utilização do Crédito Fiscal para compensação de montantes por ela devidos à Autoridade Governamental, a título de Imposto Federal.

“**Crédito Fiscal**” significa o crédito tributário da Ispagnac Participações Ltda. (“IPL”) com a Autoridade Governamental, com natureza de saldo negativo oriundo do recolhimento de IRPJ e

CSLL a maior nos anos-calendário de 2011 e 2012, constante do balanço levantado em 30 de novembro de 2012 e da Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (“DIPJ”) da IPL.

“**CDI**” significa a taxa média anual (considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias que não sejam sábados, domingos ou dias em que os bancos comerciais localizados na cidade de São Paulo, SP, Brasil estão obrigados ou autorizados por Lei a permanecerem fechados para negócios) com respeito a operações com CDI (Certificados de Depósito Interbancário), com vencimento em um dia que não seja um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais localizados na cidade de São Paulo, SP, Brasil estão obrigados ou autorizados por lei a permanecerem fechados para negócios (over), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, cujo fator diário é arredondado até a segunda casa decimal ou, se extinta, uma taxa equivalente que venha a substituí-la.

“**CSLL**” significa a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

“**Economias Fiscais**” significa, para cada subsidiária da Companhia em qualquer Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, a combinação das alíquotas de Imposto sobre a Renda aplicáveis, multiplicada pela somatória: (a) da dedução, por essa sociedade, para amortização do Ágio na medida em que essa dedução não resulte em uma Base Tributável do Imposto sobre a Renda inferior a zero, e (b) das deduções de Prejuízo Fiscal dessa sociedade, na medida atribuível a qualquer Ágio de Prejuízo Fiscal ou Prejuízo Fiscal, entendendo-se que, para esse fim, qualquer dedução de Prejuízo Fiscal deve ser atribuída, em primeiro lugar, a qualquer Ágio de Prejuízo Fiscal, em segundo lugar, a qualquer Prejuízo Fiscal Pré-Fechamento e, posteriormente, a qualquer Prejuízo Fiscal gerado após a data de aprovação deste Estatuto Social que não seja um Ágio de Prejuízo Fiscal, observado que a Base Tributável do Imposto sobre a Renda de cada subsidiária da Companhia, calculada para os fins dos parágrafos (a) e (b) acima, deve ser os valores hipotéticos calculados de acordo com esses parágrafos pela desconsideração das despesas da sociedade com Juros sobre Capital Próprio.

“**Imposto Federal**” significa todos e quaisquer tributos de âmbito federal, incluindo, mas não se limitando a, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IOF, IRRF, dentre outros.

“**Imposto sobre a Renda**” significa o IRPJ e a CSLL, e quaisquer outros Tributos que venham a ser criados no Brasil para substituir o IRPJ e/ou a CSLL, e/ou que incida sobre os rendimentos ou lucros auferidos por empresas brasileiras.

“**IRPJ**” significa Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

“Período de Apuração do Imposto sobre a Renda” significa cada período tributável para efeitos de Imposto sobre a Renda, incluindo cada ano civil com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro e, quando o contexto assim o exigir, qualquer período menor a partir da data de adoção deste Estatuto Social e qualquer período mais curto com início em 1º de janeiro e término na data de dissolução da Companhia.

“Prejuízo Fiscal” significa perda líquida operacional futura (prejuízo fiscal com relação ao IRPJ, e base de cálculo negativa de CSLL com relação à CSLL).

“Prejuízo Fiscal Pré-Fechamento” significa qualquer Prejuízo Fiscal de qualquer sociedade direta ou indiretamente contribuída por uma acionista, existente imediatamente antes da data de adoção deste Estatuto Social, como se o Período de Apuração do Imposto sobre a Renda terminasse naquela mesma data.

“Tributos” significa quaisquer tributos passados, presentes ou futuros, incluindo (sem limitação) IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS e todos e quaisquer tributos, sobretaxas, taxas adicionais, incidências, consumos, impostos alfandegários, encargos, contribuições, contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico, encargos, tarifas, taxas, deduções ou retenções de qualquer natureza (incluindo quaisquer multas, penalidades, acréscimos ou juros relacionados) que sejam impostos, incidentes, cobrados, retidos, assumidos, avaliados por pagáveis a qualquer Autoridade Governamental, e que sejam incidentes (sem limitação) sobre a renda, patrimônio líquido, receitas, lucros, faturamento, ganhos de capital, importações, exportações, serviços, consumo, *royalties*, propriedade e transferência de imóveis, doações, depósitos em contas bancárias e saques, operações de câmbio, operações de crédito, operações relativas a títulos e valores mobiliários, operações relativas a operações de seguro, bem como impostos "verdes" ou ambientais, imposto sobre valor agregado, e qualquer outro imposto sobre operações ou faturamento.

Os valores dos dividendos fixos devidos a cada ano às ações preferenciais Classe B e às ações preferenciais Classe D deverão ser calculados e pagos da seguinte forma:

(a) Dividendos das ações preferenciais Classe B. Para cada Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, as ações preferenciais Classe B terão direito ao recebimento de dividendos fixos iguais, no agregado, às Economias Fiscais da Companhia em tal Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, atribuíveis na proporção da contribuição feita por tal titular das ações preferenciais Classe B à Companhia.

(a.1) Se, em resultado de uma auditoria feita por uma Autoridade Governamental ou uma ação direta feita por uma subsidiária da Companhia antes do início de uma auditoria de uma Autoridade Governamental destinada a investigar a respectiva questão fiscal, o valor da Base Tributável do Imposto sobre a Renda ou Prejuízo Fiscal em relação a uma sociedade for diferente do valor utilizado anteriormente em relação à mesma para o cálculo da Economia Fiscal do mesmo Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, de tal forma que a Economia Fiscal real seja maior do que o valor em relação ao qual as distribuições anteriores, feitas de acordo com o parágrafo (a) acima, foram feitas para o mesmo Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, as ações preferenciais Classe B terão direito a um dividendo fixo adicional equivalente a tal excedente. Não obstante as outras disposições do presente Anexo, o valor dos dividendos fixos pagos às ações preferenciais Classe B, ou o número de ações preferenciais Classe B a serem resgatadas, conforme o caso, para qualquer Período de Apuração do Imposto sobre a Renda deve ser reduzido (mas não abaixo de zero, salvo conforme previsto no presente Anexo), no limite necessário para que, em uma base cumulativa com relação a todos os Períodos de Apuração do Imposto sobre a Renda a partir da data de adoção deste Estatuto Social, até o final do Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, o montante total de dividendos fixos e de valores pagos a título de resgate parcial com relação às ações preferenciais Classe B para todos esses Períodos de Apuração do Imposto sobre a Renda, não exceda a única distribuição a tais ações que seria determinada segundo o parágrafo (a) (seja a título de dividendos fixos ou de resgate parcial), se todos esses Períodos de Apuração do Imposto sobre a Renda fossem tratados como um único Período de Apuração do Imposto sobre a Renda.

(a.2) Se as reduções exigidas nos termos do parágrafo (a.1) excederem o montante de qualquer dividendo fixo de outra forma devido aos titulares de ações preferenciais Classe B, tal valor excedente deverá ser aplicado no cálculo dos dividendos fixos em qualquer Período de Apuração do Imposto sobre a Renda seguinte de forma a reduzir os dividendos fixos que seriam então devidos a esses titulares de ações preferenciais Classe B.

(a.3) Para o Período de Apuração do Imposto sobre a Renda em que quaisquer amortizações finais ou deduções por conta de Ágio, Ágio de Prejuízo Fiscal e Prejuízo Fiscal Pré-Fechamento sejam realizados ou realizáveis, as Economias Fiscais em relação a tal Período de Apuração do Imposto sobre a Renda serão pagas aos titulares das ações preferenciais Classe B no resgate integral das ações preferenciais Classe B emitidas (na medida em que tais Economias Fiscais não tenham sido pagas previamente a título de dividendos fixos).

(b) Dividendos das ações preferenciais Classe D. Para cada Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, as ações preferenciais Classe D terão direito ao recebimento de dividendos fixos

anuais iguais, no agregado, a: (i) o montante mínimo de R\$729.412,00 (setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e doze reais); e (ii) o montante máximo de R\$1.094.118,00 (um milhão, noventa e quatro mil, cento e dezoito reais), devendo o valor exato dos dividendos fixos anuais ser decidido em assembleia geral;

(b.1) No exercício social a se encerrar em 31 de março de 2015, os dividendos das ações preferenciais Classe D terão o valor total de R\$790.550,00 (setecentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta reais); e

(b.2) A partir do exercício social encerrado em 31 de março de 2016, os dividendos das ações preferenciais Classe D mínimos e máximos, indicados nas alíneas (i) e (ii) deste item (b) e devidos à acionista titular de tais ações, passarão ser atualizados anualmente pelo CDI, considerando 31 de março de 2016 como data inicial para atualização.